



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

PROGRAMA OPERAÇÃO TRABALHO (POT) AGRICULTURA - SÃO PAULO/SP

Mathews Vichr Lopes¹; Eduardo de Lima Caldas²

¹ PROCAM-USP, mathews.lopez@alumni.usp.br

² PROCAM-USP, eduardocaldas@usp.br

GT 19: Urbanismo e meio ambiente: soluções para as cidades globais

RESUMO

O Programa Operação Trabalho (POT) é uma política pública da Prefeitura de São Paulo para atenção especial ao trabalhador desempregado, com qualificação profissional e alocação em frentes de trabalho, por meio de auxílio financeiro. Seu componente POT Agricultura visa formar agentes de produção agroecológica, qualificando e remunerando pessoas em situação de vulnerabilidade para atuar diretamente nos locais de Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) da cidade. Na prática, é uma política pública que atua diretamente na promoção da sustentabilidade urbana pelo apoio direto à agricultura urbana e periurbana, podendo ser replicado para outros contextos urbanos. No ponto de vista teórico, trata-se de uma política incremental a partir da qual é possível analisar a forma como as políticas públicas são constituídas.

Palavras-chave: Agricultura Urbana e Periurbana, Instrumentos, Políticas Públicas, Inclusão Produtiva, Desenvolvimento Econômico

Destaques (highlights)

- A agricultura urbana e periurbana (AUP) apresenta-se como solução para as cidades globais por promover a geração de emprego e renda, produção de alimentos locais, sustentabilidade ambiental e bem estar humano.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

- O Programa Operação Trabalho (POT), modalidade “Agricultura”, no âmbito do Programa Sampa+Rural, alocou em sua primeira fase (2022) 200 bolsistas em 110 locais de agricultura, representando apoio direto a locais de agricultura, ao mesmo tempo que cumpre papel de articulação de outros instrumentos.
- A formulação do programa origina-se de duas trajetórias incrementais: a instrumentação do Programa Operação Trabalho ao segmento da AUP, junto à evolução da agenda da AUP no município.
- O artigo preenche a lacuna de análise sistemática do POT Agricultura. Seu estudo a partir da ótica da implementação e dos instrumentos de ação pública aponta para sua divulgação e aperfeiçoamento, contribuindo para a agenda de fortalecimento da AUP.

INTRODUÇÃO

O Programa Operação Trabalho é uma política pública da Prefeitura de São Paulo instituída em 2001 como um programa social de atenção ao trabalhador desempregado e parte de uma estratégia de desenvolvimento social. O programa prevê a concessão de auxílio pecuniário (aqui denominado “bolsa”) em contrapartida à realização de atividades práticas e formativas (POCHMANN, 2003, p. 93). O valor do auxílio é atualizado anualmente com base em indexação ao salário-mínimo e corresponde a pouco mais que um salário-mínimo mensal na modalidade da atividade de 30 horas semanais. Esse é, desde o início, o núcleo duro que compõe o POT: uma fundamentação legal para transferência monetária para pessoas físicas que, em contrapartida, devem executar algum tipo de atividade (DUQUE, 2021, p.44).

O POT Agricultura consiste na formação de agentes de produção agroecológica através da distribuição de bolsas para pessoas em situação de vulnerabilidade, para atuarem junto a locais de agricultura da cidade de São Paulo, com objetivo de apoiar a implantação de projetos estruturados de agricultura urbana e periurbana em todas as regiões da cidade (SÃO PAULO, 2022a). Para além da inclusão de pessoas na atividade agrícola, o POT significa apoio financeiro para as famílias e capilaridade desses recursos no território, agindo como estímulo direto para o desenvolvimento de suas atividades. O artigo delimita a análise do programa entre

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

2022 e 2023, na primeira fase de 200 bolsistas, alocados em 110 locais de agricultura. O programa previa expansão para a vinculação de 1000 beneficiários em 2023, e segue em andamento, o que será objeto de investigação estruturada dos impactos do Programa.

A Plataforma Sampa+Rural da Prefeitura de São Paulo diagnosticou o quadro da agricultura no município: 801 Unidades de Produção Agropecuária, nas quais a gestão é predominantemente familiar com objetivo de geração de renda e subsistência, 204 Hortas Comunitárias, e 1660 Hortas em equipamentos públicos, de gestão predominantemente institucional ou coletiva, com objetivos de educação ambiental, segurança alimentar, lazer e promoção da saúde.

O POT Agricultura representa investimento municipal com público alvo muito bem delineado. O objetivo deste trabalho é colaborar com o debate e a compreensão do processo de construção do POT Agricultura como desdobramento do POT e seu desenho no contexto do fortalecimento da agenda da Agricultura Urbana e Periurbana (AUP).

METODOLOGIA

Para a produção desse artigo foi realizado levantamento de informações e análise documental com destaque o Plano de Trabalho do POT-Agricultura (São Paulo, 2022a). O artigo também utiliza observação participante, dado que um dos autores do trabalho atuou como um dos responsáveis pelo programa entre 2022 e 2023, acompanhando sua formulação e implementação na fase inicial (200 bolsistas). A análise se dá a partir dos itens abaixo listados, baseadas nas perguntas de pesquisa levantadas pela literatura sobre implementação de instrumentos de ação pública:

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





Tabela 1 - Metodologia de análise do instrumento

Item	Categoria de análise	Perguntas levantadas pela literatura dos instrumentos
a.	Origens	Quais as origens deste instrumento? Processo de definição na prática? Jogos sociais, soluções pré-existentes
b.	Objetivos	Quais os objetivos definidos? O que ele se propôs a implementar?
c.	Governança	Como eles eram operacionalizados, no âmbito da gestão/governança do instrumento? Qual o desenho/ forma de interação com o público alvo? Quais efeitos eles geram? Quais relações de poder eles organizam?
d.	Evolução do instrumento	Como a ação se desenvolveu no tempo e no espaço? Decisões tomadas durante o processo de implementação. Transformações do instrumento no tempo
e.	Resultados	Quais os resultados alcançados?
f.	Desafios (Considerações finais)	Quais desafios a análise levanta para a ampliação do impacto do programa?

Fonte: elaboração dos autores.

O estudo analisa dois arcabouços teóricos das políticas públicas: o incrementalismo institucional e os instrumentos de ação pública. O incrementalismo, segundo Lindblom (1959, 1979), critica o modelo racionalista de formulação de políticas, argumentando que as decisões públicas são baseadas em ajustes graduais a políticas existentes, evitando antagonismos e permitindo mudanças significativas ao longo do tempo. Essa abordagem realista destaca a influência das estratégias dos atores e das limitações impostas por decisões passadas, enfatizando um processo adaptativo e não disruptivo.

Os instrumentos de ação pública são meios, técnicas, mecanismos ou ferramentas, de acordo com a terminologia utilizada, que o Estado dispõe para influenciar (modificar) os comportamentos dos atores socioeconômicos (o grupo alvo), a fim de atingir um objetivo de política pública, supostamente para resolver um problema social (Lascoumes e Le Galès, 2012b). Não são neutras: carregam valores históricos, interesses e relações de poder. Criticando a visão funcionalista, os autores argumentam que são instituições sociais dinâmicas, moldadas



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

pelos atores que os implementam e pelo contexto em que são aplicados. Sua evolução depende mais das apropriações políticas e das redes sociais do que de suas características técnicas iniciais, destacando seu papel na estruturação das políticas públicas.

RESULTADO E DISCUSSÃO

A. Origens/ antecedentes

Desde seu lançamento, o Programa foi instrumentado de formas distintas por diferentes gestões, com momentos de mais atenção à estratégia de desenvolvimento social e qualificação profissional, e outros para a estruturação de frentes de trabalho pontuais ou como uma forma alternativa de contratação de pessoal pela administração municipal. As atividades desempenhadas pelos beneficiários são organizadas em segmentos diversos como: atividades administrativas dentro das secretarias, manutenção e zeladoria de praças e equipamentos públicos, orientação ao cidadão em equipamentos públicos, fomento a atividades econômicas (economia solidária e o associativismo) e inclusão de segmentos de vulnerabilidade. Sua execução se dá em parceria com secretarias municipais, Organizações da Sociedade Civil (OSCs), empresas privadas, a depender do segmento.

No segmentos do POT que incidiram sobre a agricultura urbana e periurbana e áreas verdes, foco deste artigo, destacam-se o os Zeladores de Praças (2008-2019), de larga escala, em atividades de limpeza, manutenção de vegetação, jardinagem e pequenos reparos, nas diversas subprefeituras; o Projeto Caioby (2008-13), de micro escala com cursos de cultivo de hortaliças na região da represa Guarapiranga, em parceria com OSC; o projeto Cidade Sem Fome/ Horta Comunitária (2014-15), de micro escala, para a formação de agricultores urbanos na zona leste, em parceria com OSC; o projeto Hortas e Viveiros Urbanos (2015-2020), de média escala, de formação de agentes multiplicadores locais, para atuarem junto às organizações comunitárias e coletivos sociais na implantação de projetos de agricultura urbana, vinculado ao setor então responsável pela agricultura na cidade (Duque, 2021, p. 51-57. Carvalho e Lima, 2022); e finalmente, o POT Agricultura (2022-atual), de larga escala, como uma evolução do Hortas e Viveiros Urbanos, para formação de agentes de produção agroecológica em locais de

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

agricultura de toda a cidade, enquanto componente de uma estratégia mais ampla de suporte à agricultura na cidade, o Programa Sampa+Rural (2022-atual).

Podemos elencar como condições favoráveis para o estabelecimento da nova modalidade POT Agricultura em 2022: a ampliação de vagas do POT e a demanda de alocação de vagas, a criação de uma Coordenação de Agricultura dentro da mesma secretaria, e a orientação estratégica do alto escalão da secretaria. Trata-se do encontro de dois “incrementalismos institucionais”, do Programa Operação Trabalho, e da agenda de agricultura no município, instrumentando o POT à uma estratégia ampla e articulada de fomento e estruturação de locais de agricultura.

B. Objetivos

O Programa Operação Trabalho carrega dois objetivos simultâneos: a qualificação profissional e criação de frentes de trabalho, tendo o segundo elemento sido instrumentado de diferentes formas nas diversas modalidades do Programa. Para o POT Agricultura, podemos considerar que estes objetivos se articulam da seguinte forma: “humano/trabalho” - formar e capacitar pessoas em situação de vulnerabilidade para o trabalho na agricultura, e “econômico/produtivo” - fomentar a agricultura urbana e periurbana através do aporte em mão-de-obra para atuação dentro dos locais de agricultura.

C. Governança do instrumento

O beneficiário do POT Agricultura recebe benefício mensal no valor aproximado de um salário mínimo com carga horária de 30 horas semanais (6 horas por dia), por período máximo de 2 anos (um ano renovável por mais um). Para acessar o programa, o beneficiário deve atender aos critérios estabelecidos na lei, e que não mudaram desde o início do programa: renda per capita de meio salário mínimo, estar desempregado há mais de 4 meses e não receber benefícios (seguro-desemprego, FGTS, entre outros), ou não ter acumulado, nos últimos 36 meses, mais de 3 meses de registro na referida Carteira profissional, residir em São Paulo e ter 18 anos ou mais.

Nas unidades produtivas, a atuação dos bolsistas envolve praticamente todas as etapas que envolvem a produção agrícola. Inclui: limpeza das áreas, roçagem, preparo do solo e adubação pré-plantio, manipulação de sementes e produção de mudas, montagem de canteiros e plantio,

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

gestão e planejamento de produção, rega e controle de métodos de irrigação, técnicas de compostagem e manipulação de resíduos orgânicos, execução de cobertura morta e cultivos protegidos, poda e manejo de pomares, aplicação e produção de bioinsumos e métodos de controle de pragas, técnicas de colheita, pós colheita: boas práticas de higienização, embalagem e armazenamento, comercialização, atividades coletivas de manutenção e formação da comunidade (São Paulo, 2022a).

O responsável pelo bolsista é o responsável pelo local de agricultura, geralmente agricultores e agricultoras, mas também pessoas responsáveis por iniciativas de agricultura institucionais e comunitárias. Cabe a ele garantir que sempre haja pessoa responsável no local para acompanhar e orientar as atividades desenvolvidas pelas pessoas beneficiárias, aferindo a frequência e desempenho dos participantes, bem como eventuais faltas (São Paulo, 2022a).

Para se inscrever, o local de agricultura deve ser atendido pela Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) do Programa Sampa+Rural, através das equipes técnicas de agrônomos e técnicos vinculados às Casas de Agricultura Ecológicas, equipamentos municipais. A aceitação do local como beneficiário de bolsistas envolve avaliação da equipe técnica a partir de parâmetros como: tamanho da área, número de pessoas envolvidas (trabalhadores, comunidade, voluntários), tipo de atividade (comercial, comunitária, educativa), relevância local, tempo de existência do local ou consistência do projeto quando se tratar de nova área, tipo de comercialização ou distribuição dos produtos (atende à comunidade ou pessoas em situação de vulnerabilidade), culturas produzidas e variedade de culturas (culturas alimentares ou não), tipo de manejo (em conversão, orgânico certificado, agroecológico), entre outros. Além disso, foi estabelecido como critério o comprometimento com as recomendações e plano de ação do atendimento de Assistência Técnica e Extensão Rural.

A escolha de vincular o recebimento do bolsista à atendimento pelas Casas de Agricultura Ecológicas no âmbito do Programa Sampa+Rural pode ser avaliado de diversas formas. Por um lado, pressupõe que o benefício está articulado a uma estratégia mais ampla e estruturada de atendimento individual, através de um plano de ação individual (Plano Regenerativo e de Desenvolvimento Produtivo) que estabelece ações de trabalho da ATER no local de agricultura. Neste sentido, a ação do beneficiário do POT não está somente ordenado pelo responsável pelo

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

local, mas também pelas diretrizes do programa, especialmente a adoção de boas práticas agroambientais, de manejo orgânico e agroecológico, fortalecimento de cadeias produtivas específicas e capacitações de necessidades latentes identificadas na cadeia, como a produção de mudas, adubação, controle de pragas, construção de cercas e pequenas estufas, irrigação, entre outras. Ainda, a condicionalidade de recebimento da bolsa à adoção de manejo agroecológico se mostra um instrumento de barganha junto a agricultores convencionais e estruturados, que têm mais resistência à transição de práticas agrícolas.

Por outro lado, a vinculação do recebimento do POT ao atendimento de ATER impõe um limite quantitativo de número de locais de agricultura possíveis de serem beneficiados, uma vez que a capacidade operacional de atendimento da ATER é limitada pelo número de técnicos disponíveis. Foi opção do Programa Sampa+Rural não mobilizar o POT Agricultura como um serviço público em si, evitando gerar uma dinâmica de “balcão de atendimento/ benefícios”, mas o vinculando a um atendimento estruturado à locais de agricultura que gera compromissos e contrapartidas, e em tese, por acompanhado da ATER, mais resultados.

A definição da quantidade de bolsistas por local se dá a partir da avaliação da equipe técnica, baseada na avaliação dos parâmetros, e depende da disponibilidade de vagas, com média de um a três bolsistas por local de agricultura. Neste sentido, o POT é instrumentado para diversas tipologias de agricultura, em diferentes graus de maturidade, sendo mobilizado para o estímulo direto de estruturação dos locais e ampliação da área cultivada. A indicação de quem serão os beneficiários são definidos por inscrição direta de pessoas interessadas, mas majoritariamente pela indicação dos responsáveis pelos locais de agricultura, de pessoas que, para além de se enquadrarem nos critérios do programa, tendem a possuir algum vínculo com o local ou presença na vizinhança. Esta escolha é extremamente relevante para a adaptação do bolsista ao local, uma vez que na maior parte dos casos, não é um “estranho” que passa a atuar dentro do local de agricultura. Em diversos casos os próprios agricultores são beneficiados pelas bolsas, contanto que se enquadrem nos critérios.

A capacitação dos beneficiários se dá de duas formas: por cursos de capacitação nas diversas etapas da produção, sem que necessariamente haja distinção entre beneficiários e agricultores; e pelo acompanhamento da ATER, que tem frequência de visita não mais que bimestral, dando

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

orientações tanto aos agricultores responsáveis quanto aos beneficiários. Tratam-se de características da primeira fase do Programa (200 bolsas), anteriores à ampliação para 1000 vagas e a chegada da gerenciadora que acompanha o programa POT atualmente.

D. Evolução do instrumento

O POT Agricultura é recente, com a inscrição dos primeiros bolsistas em dezembro de 2022. Alguns pontos de evolução do instrumento derivam de aprendizados e limitações encontrados na edição do POT Hortas e Viveiros, bem como reorientação estratégica do Programa Sampa+Rural.

No entanto, a mudança mais significativa do POT Hortas e Viveiros para o POT Agricultura foi a permissão de alocação de bolsistas dentro de locais de agricultura de viés produtivo e comercial. Antes, de forma a evitar questionamentos de alocação de recursos em locais que podem ser considerados “privados”, o POT Hortas e Viveiros era orientado a hortas institucionais ou comunitárias, sem viés de geração de renda. O POT Agricultura parte de uma leitura que a agricultura urbana e periurbana, em todas as suas dimensões, tipologias e funcionalidades, é atividade de interesse público, e portanto, justifica-se a alocação dos bolsistas nestes locais como estímulo direto à cadeia produtiva.

Nota-se uma estratégia de descentralização e ganho de escala, a partir da diminuição do número de bolsistas por local de agricultura (média de 5 bolsistas por local no Hortas e Viveiros para 2 bolsistas por local na primeira fase do POT Agricultura). Com a estimativa de 300 locais beneficiados, perante universo de 860 unidades produtivas e hortas comunitárias, trataria-se de mais de 35% dos locais de agricultura receberem fomento direto através do POT, alcance significativo do universo.

E. Resultados

Na Fase 1 foram ocupadas 200 vagas para beneficiários em 110 locais de agricultura, em orçamento anual estimado de R\$3,2 milhões. Na fase de 1000 vagas, o programa totalizará orçamento de R\$16 milhões por ano somente de transferência direta a bolsistas, para além de custos de gestão não computados. Orçamentariamente, o POT Agricultura é um componente maior que todos os outros recursos do programa Sampa+Rural somados (parceria para execução

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

da ATER com OSC, com repasses diretos a agricultores na forma de insumos e tecnologias demonstrativas, Patrulha Agroecológica Mecanizada e implantação e gestão de 5 Escolas Estufa). O montante geral alocado pelo Programa Sampa+Rural pode ser considerado orçamento de pouco ou nenhum paralelo de fomento à agricultura urbana e periurbana a nível municipal, o que justifica o estudo da experiência para a replicação em outros contextos urbanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A parcela significativa dos beneficiários foram alocados dentro de espaços de agricultura, produção familiar ou comunitários, fora dos serviços públicos. Este desenho cria uma relação de poder entre o agricultor beneficiado pela política pública, responsável pelo local, e o bolsista, reproduzindo uma relação de empregador-empregado. Este desenho da implementação parece situar o bolsista em um nível de beneficiário de segundo nível, com menos atenção que o agricultor atendido.

Uma questão que se impõe é como este volumoso recurso pode ter caráter multiplicador no fortalecimento da agricultura urbana e periurbana. Uma hipótese colocada pelo programa Sampa+Rural é a vinculação ao atendimento de ATER, de forma a evitar o benefício desarticulado e aumentar a efetividade do programa. Na prática, a ATER é o “burocrata a nível de rua” que faz os programas chegarem aos agricultores, ainda que, como apresentado, tal vinculação limita a escala de abrangência do programa. No entanto, na primeira fase com 200 bolsistas, era evidente a capacidade limitada de acompanhamento próximo e capacitação dos bolsistas nos locais de agricultura.

Podemos considerar que a ATER, enquanto instrumento do tipo “sermão” (Bemelmans-Videc, Rist e Vedung, 1998), tem capacidade de transformação limitada em contextos de cadeia produtiva desestruturada, quando a principal necessidade dos locais são de recursos financeiros. Neste sentido, parece evidente a necessidade de instrumentos do tipo “cenoura”, dos quais o POT Agricultura é, na cidade de São Paulo, benefício sem precedentes. Neste sentido, dentre o mix de instrumentos mobilizados pelo Programa Sampa+Rural, o POT Agricultura se destaca como o mais importante na perspectiva do agricultor, uma vez que é aquele que chega de forma

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

mais clara aos beneficiários. Enquanto um tipo de fomento não reembolsável na forma de força de trabalho, poderiam ser estabelecidos critérios mais rígidos de contrapartidas sociais, econômicas e ambientais, como por exemplo, o aumento de área produzida ou adoção de práticas sustentáveis.

Levanta-se a questão da saída dos beneficiários do programa, uma vez que o benefício pode criar uma forma de dependência. Faz parte das regras do POT o limite de dois anos para o beneficiário, mas o benefício ao local de agricultura deveria ser permanente, se entendido como forma de fomento subsidiado permanente? No caso de locais de agricultura para fins comerciais, pode-se entender que, uma vez o aumento da produção, produtividade e renda, o local passaria a ter melhores condições de contratar mão de obra de forma regular, mas esta situação não se reproduz para as hortas comunitárias e institucionais. E uma vez estabelecido o benefício, é evidente que sua eventual retirada terá consequências e perdas.

Por fim, coloca-se um desafio à replicabilidade para outras realidades municipais e estaduais. Por ser regulamentado por lei municipal, o Programa Operação Trabalho não é automaticamente replicável por outros entes, devendo ser regulamentado por leis específicas em cada contexto. Ainda, é evidente que a escala e viabilidade do Programa se calca na disponibilidade orçamentária favorável do município de São Paulo, o que não é realidade para outros municípios. Ainda assim, mesmo que em menor quantidade de beneficiários, o programa pode ser muito transformador em outros contextos municipais para fomento à AUP, especialmente à Agricultura Urbana, que possui diversas barreiras iniciais de estabelecimento.

A discussão do Programa Operação Trabalho (POT) em si já tem respaldo na literatura recente (Duque, 2021). O autor destaca como o instrumento foi mobilizado de diferentes formas pelas gestões, e que mesmo com poucas mudanças formais significativas em sua normativa, foi instrumentado e interpretado pelo alto escalão e operacionalizado pelo médio escalão. Segundo o autor, a perspectiva da sociologia da ação pública (Lascoumes, Le Galés, 2012) confere um olhar que enriquece a análise e permite a constatação de diferentes formas de operacionalizar um instrumento. Não se trata de qualificar qual uso é adequado ou não, mas sim de observar que todos estes usos são possíveis e de fato ocorrem, inclusive de forma simultânea, realçando

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

assim a noção de que as instituições, mesmo as micro instituições, são ambíguas e podem comportar, dentro de si, usos diversos para um mesmo mecanismo.

As contribuições deste trabalho são temática e teórica. Em termos temáticos, o trabalho apresenta o POT tanto na versão agricultura quanto na versão inicial. Decorrente da contribuição temática e da forma como ela é apresentada vem a contribuição teórica que consiste em apresentar o referido Programa como resultado de um processo incremental, nem “racional” nos termos paretianos nem de ruptura. Finalmente, uma contribuição decorre do foco POT Agricultura, segmento do POT que até então carecia de análise sistemática.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Laura, LIMA, Márcia Tait. Agricultura na cidade: o cultivo de alimentos e do comum pelas mulheres. São Paulo: Ícone, 2022.

CURAN, Roberta Moraes, MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. Multifuncionalidade da agricultura urbana e periurbana: uma revisão sistemática. In: Estudos Avançados 35 (101), pp. 209-224. 2021.

CYMBALUK, Fernando. Quando a agricultura entra na cena urbana: progressivismo incremental e transição para a sustentabilidade em São Paulo. Dissertação (Mestrado)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

DUQUE, Vinicius. Como um programa social se torna um instrumento: o caso do Programa Operação Trabalho em São Paulo / Vinicius Duque; orientadora, Renata Mirandola Bichir. -- São Paulo, 2021

INOJOSA, Rose Marie; JUNQUEIRA, Luciano Prates. Trabalho e ação intersetorial: zeladores de praças da cidade de São Paulo. Revista Pensamento & Realidade, Ano XIV, volume 26, nº2/2011.

LASCOUMES, Pierre; LE GALES, Patrick. Introduction: understanding public policy through its instruments. Governance, v. 20, n. 1, p. 1-21, 2007.

LASCOUMES, Pierre, LE GALÉS, Patrick. Sociologia da Ação Pública. Maceió: EDUFAL, 2012a.

LASCOUMES, Pierre, LE GALÉS, Patrick. Ação Pública abordada por seus instrumentos. In: R. Pós Ci. Soc. v.9, n.18, 2012b.

LINDBLOM, C. The Science of Muddling Through. Public Administration Review, v. 19, n. 2, p. 79-88. 1959. in HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. Políticas Públicas e Desenvolvimento.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Muddling Through 1: a ciência da decisão incremental. Brasília: Editora UnB, p. 161-180. 2010.

LINDBLOM. Still Muddling, Not Yet Through. Public Administration Review, v. 39 n. 6, p. 517-526. 1979. in HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. Políticas Públicas e Desenvolvimento. Muddling Through 2: a ubiquidade da decisão incremental. Brasília: Editora UnB, p 181-202.

POCHMANN, Márcio. Outra cidade é possível: alternativas de inclusão social em São Paulo. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

SÃO PAULO (Cidade). Plano de Trabalho do Programa POT Hortas e Viveiros. Coordenadoria de Agricultura, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Economico e Trabalho, 2018.

SÃO PAULO (Cidade). Plano de Trabalho do Programa POT Agricultura. Coordenadoria de Agricultura, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Economico e Trabalho, 2022a. Disponível em [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/trabalho/20220920-POT%20AGRICULTURA%20-%20Plano%20de%20Trabalho\(1\).pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/trabalho/20220920-POT%20AGRICULTURA%20-%20Plano%20de%20Trabalho(1).pdf). Acesso em 16/06/2023.

SÃO PAULO (Cidade). Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (2022-30). São Paulo: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho - SMDet, 2022b

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:

